



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA  
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

140  
2

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

RECURSO DE AGRAVO NA APELAÇÃO/REEXAME NECESSÁRIO n. 0309331-2

AGRAVANTE : ESTADO DE PERNAMBUCO  
PROCURADOR : CATARINA DE SÁ GUIMARÃES RIBEIRO  
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO  
RELATORA CONVOCADA : Juíza CÁTIA LUCIENE LARANJEIRA DE SÁ

EMENTA: RECURSO DE AGRAVO. PROCESSO CIVIL E CONSTITUCIONAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. APLICABILIDADE DO ART. 557 DO CPC. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DAS UNIDADES FEDERADAS. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO. OCTREOTIDA LAR 20mg (SANDOSTAIN). PACIENTE PORTADORA DE NEOPLASIA NEUROENDÓCRINA DE CÓLON ASCENDENTE. DIREITO HUMANO À SAÚDE E À VIDA DIGNA. DEVER CONSTITUCIONAL DO PODER PÚBLICO. VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA RESERVA DO POSSÍVEL. INOCORRÊNCIA. NÃO CABIMENTO. AGRAVO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1. Na decisão monocrática recorrida de fls. 116/125, foram utilizadas para negar seguimento ao reexame necessário e prejudicar o recurso de apelação interposto pelo Estado de Pernambuco, precedentes do Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, bem como deste Tribunal de Justiça sobre a matéria em debate, não havendo que se falar, deste modo, em aplicação indevida do art. 557 do Código de Processo Civil.
2. Consolidado na jurisprudência pátria o entendimento acerca da legitimidade ativa do Ministério Público para ajuizar Ação Civil Pública visando ao fornecimento de medicamentos indispensáveis pelo Estado
3. A solidariedade insculpida no art. 198, §1º, da CF/88, não induz litisconsórcio necessário, mas facultativo, cabendo à parte autora a escolha daquele contra quem deseja litigar, sem obrigatoriedade de inclusão dos demais. Caso a parte escolha litigar apenas contra um ente federado, não há obrigatoriedade dos demais. A União, Estados-membros e Municípios têm legitimidade passiva e responsabilidade solidária nas causas que versam sobre fornecimento de medicamentos.
4. À vista de sua íntima ligação com o direito à vida e com a dignidade da pessoa humana, a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover condições indispensáveis ao seu pleno exercício (art. 2º da Lei 8.080/1990).
5. A norma constitucional do art. 196, ainda que se entendesse de caráter programático, transcorridas mais de duas décadas da vigência da Constituição da República e havendo estruturação legal e administrativa para o custeio, tem por destinatários todos os entes políticos que compõem no plano institucional a organização federativa do Estado brasileiro e, portanto, não admite a indiferença ao problema da saúde da população sob pena de incidir, ainda que por censurável omissão, em grave comportamento inconstitucional.
6. O Princípio do acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde, que tem como lastro o Princípio da Isonomia insito no art. 5º, da Constituição Federal, impõe aos Poderes Públicos o dever de agir, devendo realizar, em prol do cidadão, prestações materiais adequadas

1



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA  
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

141  
p

à promoção e proteção de sua saúde, bem como de sua recuperação nos casos em que for acometido por alguma enfermidade.

7. A respeito da matéria, o Tribunal de Justiça de Pernambuco formulou o enunciado de Súmula nº. 18, segundo o qual "é dever do Estado-membro fornecer ao cidadão carente, sem ônus para este, medicamento essencial ao tratamento de moléstia grave, ainda que não previsto em lista oficial".

8. Ponderando os princípios do mínimo existencial e da reserva do possível, o Supremo Tribunal Federal decidiu que, em se tratando de direito à saúde, a intervenção judicial é possível em hipóteses como a dos autos nas quais o Poder Judiciário não está inovando na ordem jurídica, mas apenas determinando que o Poder Executivo cumpra políticas públicas previamente estabelecidas (Pleno do Supremo Tribunal Federal na SL 47-AgR, Relator o Ministro Gilmar Mendes, DJ de 30.4.10)

9. À unanimidade, Recursos de Agravo não provido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os autos, em que são partes as acima indicadas, DECIDE a Primeira Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado, à unanimidade, conhecer e, no mérito, dar improvidimento ao presente agravo, mantendo incólume a decisão monocrática do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira, tudo nos termos do voto e das inclusas notas taquigráficas, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Recife,

17.09.13.

Juíza Cátia Luciene Laranjeira de Sá  
Relatora Convocada



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA  
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

142  
JL

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

RECURSO DE AGRAVO NA APELAÇÃO/REEXAME NECESSÁRIO n. 0308847-1

AGRAVANTE : ESTADO DE PERNAMBUCO  
PROCURADOR : FELIPE MOTA PIMENTEL DE OLIVEIRA  
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO  
RELATORA CONVOCADA : Juíza CÁTIA LUCIENE LARANJEIRA DE SÁ

RELATÓRIO

Trata-se de recurso de agravo interposto contra decisão monocrática que, com esteio no art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil, negou seguimento à remessa necessária, prejudicando o recurso de apelação do Estado de Pernambuco, no sentido de manter a decisão de primeiro grau, proferida pelo MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Arcoverde que, nos autos da Ação Civil Pública julgou procedente o pedido formulado na inicial, determinando que o agravante forneça à Sra. Gilda Maria Souza da Silva, nas indicações explicitadas no relatório médico de fls. 19/20, a medicação OCTREOTIDA LAR 20mg (SANDOSTAIN), sob pena de multa diária no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) com a possibilidade de bloqueio de numerários do Estado de Pernambuco, vide fls. 116/125.

A Sra. Gilda Maria Souza da Silva é portadora de NEOPLASIA NEUROENDÓCRINA DE CÓLON ASCENDENTE associada a metástases hepáticas, pulmonares, ósseas, e esplênicas - CID 10: C189 e pugna pela garantia de que o fornecimento do medicamento OCTREOTIDA LAR 20mg (SANDOSTAIN) seja deferido enquanto necessário, conforme preceitua a prescrição médica subscreta pelo Dr. Rodrigo Alves Pinto - CRM 13781, cf. fls. 19/20.

Irresignado com a decisão unipessoal que negou seguimento ao reexame necessário, prejudicando o apelo voluntário, o Estado de Pernambuco ingressou com o recurso de agravo legal, arguindo, em suma, que a decisão não se adéqua às hipóteses autorizadoras de julgamento monocrático abalizado no art. 557 do CPC. A segurança jurídica, apesar de relativizada pelo legislador em determinados casos, nunca pode ser desprezada afora nos casos taxativamente existentes, cf. fls. 129/133.

Assim sendo, não satisfeito com a decisão monocrática de fls. 116/125, o Estado de Pernambuco requer que esta relatoria, com base no art. 557, §1º, do CPC, retrate-se da decisão vergastada. Em não havendo juízo de retratação, pugna pelo provimento do presente agravo, para que seja reformada a decisão monocrática hostilizada.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA  
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

O feito independe de inclusão em pauta de julgamento, cf. art. 85, alínea 'e', do RITJPE c/c Súmula do TJPE, enunciado n. 42.

É, no essencial, o relatório.

Recife,

17.09.17,  
Juíza Cátia Luciêne Laranjeira de Sá  
Relatora Convocada



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA  
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

RECURSO DE AGRAVO NA APELAÇÃO/REEXAME NECESSÁRIO n. 0309331-2

AGRAVANTE : ESTADO DE PERNAMBUCO  
PROCURADOR : FELIPE MOTA PIMENTEL DE OLIVEIRA  
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO  
RELATORA CONVOCADA : Juíza CÁTIA LUCIENE LARANJEIRA DE SÁ

VOTO

Tendo em vista os argumentos coligidos pelos agravantes, entendo por não exercer o juízo de retratação e apresento o presente recurso para julgamento nesta e. Câmara de Direito Público.

Na decisão monocrática recorrida de fls. 116/125, foram utilizadas para negar seguimento ao reexame necessário e prejudicar o recurso de apelação interposto pelo Estado de Pernambuco, precedentes do Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, bem como deste Tribunal de Justiça sobre a matéria em debate, não havendo que se falar, deste modo, em aplicação indevida do art. 557 do Código de Processo Civil.

Consolidado na jurisprudência pátria o entendimento acerca da legitimidade ativa do Ministério Público para ajuizar Ação Civil Pública visando ao fornecimento de medicamentos indispensáveis pelo Estado, consoante o raciocínio do c. Pretório Excelso - STF:

*LEGITIMIDADE - MINISTÉRIO PÚBLICO - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - FORNECIMENTO DE REMÉDIO PELO ESTADO. O Ministério Público é parte legítima para ingressar em juízo com ação civil pública visando a compelir o Estado a fornecer medicamento indispensável à saúde de pessoa individualizada. (407902 RS, Relator: Min. MARCO AURÉLIO, Data de Julgamento: 26/05/2009, Primeira Turma, Data de Publicação: DJe-162 DIVULG 27-08-2009 PUBLIC 28-08-2009 EMENT VOL-02371-04 PP-00816 RF v. 105, n. 405, 2009, p. 409-411)*

No mesmo sentido o entendimento do STJ, in verbis:

*ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. TRATAMENTO MÉDICO. DIREITO INDIVIDUAL INDISPONÍVEL. LEGITIMIDADE ATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA DEFESA DE INTERESSES OU DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS. CONFIGURAÇÃO. PRECEDENTE DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO. 1. A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça consolidou seu entendimento pela legitimidade do Ministério Público para*



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA  
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

145  
R

*ajuizar Ação Civil Pública "com o intuito de garantir fornecimento de prótese auditiva a portador de deficiência" (REsp 931.513/RS, Rel.p/ acórdão Min. HERMAN BENJAMIN, Dje 27/9/10).2. Agravo não provido. (1086805 RS 2008/0191648-9, Relator: Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, Data de Julgamento: 02/08/2011, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: Dje 15/09/2011).*

Nos termos da jurisprudência do Eg. Superior Tribunal de Justiça, não há litisconsórcio passivo necessário com a União nos casos em que a parte pleiteia a prestação de serviço público de saúde. Dessa forma, cabe à parte escolher contra quem ajuizar a ação, tornando descabido o pedido de chamamento ao processo da União.

A solidariedade insculpida no art. 198, §1º, da CF/88, não induz litisconsórcio necessário, mas facultativo, cabendo à parte autora a escolha daquele contra quem deseja litigar, sem obrigatoriedade de inclusão dos demais. Caso a parte escolha litigar apenas contra um ente federado, não há obrigatoriedade dos demais. A União, Estados-membros e Municípios têm legitimidade passiva e responsabilidade solidária nas causas que versam sobre fornecimento de medicamentos.

Tendo em vista que a responsabilidade de prestar assistência à saúde é de competência de todos os entes federados, e que quaisquer dessas entidades, têm legitimidade para figurar no polo passivo da demanda, não há falar em incompetência da Justiça Estadual para o processamento e julgamento do feito.

*ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO PARA FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO A CIDADÃO ENFERMO. CHAMAMENTO AO PROCESSO. ART. 77, III, DO CPC. DESNECESSIDADE. SÚMULA N. 83 DO STJ. 1. O entendimento jurisprudencial do STJ é no sentido de que o chamamento ao processo (art. 77, III, do CPC) não é adequado às ações que tratam de fornecimento de medicamentos. Precedentes do STJ: AgRg no REsp 1249125/SC, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, Dje 21/06/2011; REsp 1125537/SC, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, Dje 24/03/2010; AgRg no Ag1331775/SC, Rel. Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, Dje 22/02/2011; AgRg no REsp 1009622/SC, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, Dje 14/09/2010. Precedente do STF: RE 607381 AgR, Relator Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, Dje-116.2. Agravo regimental não provido. (STJ, Relator: Ministro BENEDITO GONÇALVES, Data de Julgamento: 07/02/2012, T1 - PRIMEIRA TURMA)*

*ADMINISTRATIVO. SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS. As unidades federadas respondem pelo fornecimento de medicamentos, podendo ser demandadas sem litisconsórcio com a União. Agravo*



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA  
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

regimental desprovido. (STJ , Relator: Ministro ARI PARGENDLER, Data de Julgamento: 02/05/2013, T1 - PRIMEIRA TURMA)

Conforme decidido pelo Supremo Tribunal Federal, a questão deve ser sopesada com espírito de solidariedade, de forma a ser evitado o uso de medidas protelatórias, sem amparo em razões legítimas, aguardando, quem sabe, a ocorrência do pior, tornando desnecessário o fornecimento dos medicamentos pleiteados. É com fundamento nessa concepção que se extrai o entendimento no sentido de que, *in casu*, o Estado, ao insistir no chamamento ao processo da União para figurar como litisconsorte passiva no processo, faz uso de obstáculo inconstitucional por meio de entraves processuais para postergar a resolução do feito (STF - AI: 736937 SC , Relator: Min. GILMAR MENDES, Data de Julgamento: 17/04/2013, Data de Publicação: DJe-076 DIVULG 23/04/2013 PUBLIC 24/04/2013).

A circunstância da enfermidade da agravada estar sujeito ao atendimento das Unidades de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia (UNACON) ou Centros de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia (CACON), não afasta a legitimidade passiva do Estado de Pernambuco para figurar na presente demanda tampouco o dever de fornecer a medicação pleiteada, visto que o Sistema Único de Saúde é financiado por recursos advindos de todos os entes da Federação, os quais possuem responsabilidade solidária. Nesse sentido:

*APELAÇÃO CÍVEL E REEXAME NECESSÁRIO. PACIENTE PORTADOR DE NEOPLASIA MALIGNA DE PRÓSTATA. PLEITO DE FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO. PRELIMINARES DE NECESSIDADE DE FORMAÇÃO DE LITISCONSÓRCIO COMO UNIÃO E INCOMPETÊNCIA DO JUÍZO, AFASTADAS. ALEGAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE CENTRO DE ALTA COMPLEXIDADE EM ONCOLOGIA (CACON). IRRELEVÂNCIA. MEDICAÇÃO NÃO CONSTANTE DO ROL DE MEDICAMENTOS EXCEPCIONAIS. DESNECESSIDADE. DEVER DO ESTADO EM FORNECER A MEDICAÇÃO PRETENDIDA. PREVALÊNCIA DO DIREITO À SAÚDE E À VIDA. INOCORRÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA RESERVA DO POSSÍVEL. RECURSO DE APELAÇÃO CONHECIDO E DESPROVIDO. REEXAME NECESSÁRIO NÃO CONHECIDO. Tendo em vista que a responsabilidade de prestar assistência à saúde é de competência de todos os entes federados, e que qualquer dessas entidades tem legitimidade para figurar no polo passivo da demanda, não há falar em chamamento da União para a composição do polo passivo da lide, nem em incompetência da Justiça Estadual para o processamento e julgamento do feito. O art. 196 da Carta Magna consagra o direito à saúde como dever do Estado, que deverá, por meio de políticas sociais e econômicas, propiciar aos necessitados o tratamento mais adequado e eficaz, capaz de ofertar ao enfermo maior dignidade, menor sofrimento e melhor qualidade de vida. A circunstância da enfermidade do apelado estar sujeita ao atendimento do Centro de Alta Complexidade em Oncologia - CACON, não restringe a obrigação do Estado em fornecer a medicação*



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA  
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

*postulada, uma vez que o Sistema Único de Saúde (S.U.S) é financiado por recursos advindos de todos os entes da Federação, os quais possuem responsabilidade solidária, tendo o dever de prestar assistência à saúde, independentemente da divisão administrativa de atribuições existentes entre eles. (...) (STJ, AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 1.350.745 - PR (2010/0166139-0)RELATOR : MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA.)*

Quanto à matéria de fundo, cuida-se de conferir efetividade ao direito à saúde, consagrado em nosso ordenamento jurídico, em âmbito constitucional e infraconstitucional. Pugna, portanto, o Ministério Público pelo fornecimento à Sra. Gilda Maria Souza da Silva, na forma prescrita pelo profissional que o acompanha, do medicamento "OCTREOTIDA LAR 20mg (SANDOSTAIN)", por não ter a paciente (substituída) condições de arcar com a respectiva compra.

À vista de sua íntima ligação com o direito à vida e com a dignidade da pessoa humana, a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover condições indispensáveis ao seu pleno exercício (art. 2º da Lei 8.080/1990). O conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da Administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público, constitui o Sistema Único de Saúde - SUS.

O SUS visa à integralidade da assistência à saúde, seja individual ou coletiva, devendo atender aos que dela necessitem em qualquer grau de complexidade, de modo que, restando comprovado o acometimento do indivíduo ou de um grupo por determinada moléstia, necessitando de medicamento para debelá-la, este deve ser fornecido, de modo a atender ao princípio maior, que é a garantia à vida digna (AgRg no Ag 1044354/RS, 2008/0091638-2, STJ-1T, Rel. Min. Luiz Fuz, julg. 14/10/2008, DJe 03/11/2008).

Com efeito, a norma constitucional do art. 196, ainda que se entendesse de caráter programático, transcorridas mais de duas décadas da vigência da Constituição da República e havendo estruturação legal e administrativa para o custeio, tem por destinatários todos os entes políticos que compõem no plano institucional a organização federativa do Estado brasileiro e, portanto, não admite a indiferença ao problema da saúde da população sob pena de incidir, ainda que por censurável omissão, em grave comportamento inconstitucional. A norma cravada no art. 196 da Constituição Federal assim dispõe:

*"Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros*





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA  
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

*agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação."*

Este Tribunal de Justiça e o E. Superior Tribunal de Justiça tem se orientado no mesmo sentido, podendo-se afirmar que se trata de jurisprudência dominante, v.g.:

**ADMINISTRATIVO - MOLÉSTIA GRAVE - FORNECIMENTO GRATUITO DE MEDICAMENTO - DIREITO À VIDA E À SAÚDE - DEVER DO ESTADO - MATÉRIA FÁTICA DEPENDENTE DE PROVA.**

1. Esta Corte tem reconhecido aos portadores de moléstias graves, sem disponibilidade financeira para custear o seu tratamento, o direito de receber gratuitamente do Estado os medicamentos de comprovada necessidade. Precedentes.

2. O direito à percepção de tais medicamentos decorre de garantias previstas na Constituição Federal, que vela pelo direito à vida (art. 5º, caput) e à saúde (art. 6º), competindo à União, Estados, Distrito Federal e Municípios o seu cuidado (art. 23, II), bem como a organização da seguridade social, garantindo a "universalidade da cobertura e do atendimento" (art. 194, parágrafo único, I).

3. A Carta Magna também dispõe que "A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação" (art. 196), sendo que o "atendimento integral" é uma diretriz constitucional das ações e serviços públicos de saúde (art. 198).

4. O direito assim reconhecido não alcança a possibilidade de escolher o paciente o medicamento que mais se adeque ao seu tratamento.

5. In casu, oferecido pelo SUS uma segunda opção de medicamento substitutivo, pleiteia o impetrante fornecimento de medicamento de que não dispõe o SUS, sem descartar em prova circunstanciada a imprestabilidade da opção ofertada.

6. Recurso ordinário improvido.

(RMS 28.338/MG, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 02/06/2009, DJe 17/06/2009)

**REEXAME NECESSÁRIO E APELAÇÃO CÍVEL. FORNECIMENTO GRATUITO DE MEDICAMENTO. RESPONSABILIDADE DO PODER PÚBLICO.** 1. De proêmio, anotou-se que a obrigação dos entes públicos com relação à prestação de serviços de saúde pública (incluído o fornecimento de medicamentos essenciais) é comum, podendo ser demandada qualquer das esferas de governo (CF, art. 198). 2. A necessidade/eficácia da medicação solicitada e a impossibilidade de utilização de outras drogas no combate aos efeitos da enfermidade restam evidenciadas pela apreciação do 'laudo médico' e da 'prescrição médica' acostados aos autos, subscritos, respectivamente, pela Dra. Ericka B. Menezes, do SEOPE Hospital de Olhos, e pelo Dr. Alexandre Ventura (CRM 13733), do Hospital de Olhos Santa Luzia, cujos conteúdos não foram contraditados pelo Estado. 3. Ademais, o só fato



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA  
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

119  
PK

*de a medicação requestada não constar da lista de medicamentos fornecidos no âmbito do SUS já indica, concretamente até, que a mesma não seria ofertada pela via administrativa. 4. No plano de fundo, é patente a gravidade da doença que aflige o paciente Clovis da Silveira Barros Filho, atestada pelos documentos acostados aos autos, pelo que o pelo que o atendimento ao referido pleito na forma já deferida é indispensável à efetividade aos direitos à saúde, à vida e à dignidade da pessoa humana, assegurados nos art. 5º e 196 da Constituição Federal. 5. Não se trata de prestação jurisdicional invasiva da seara administrativa, eis que a ordem deferida em primeiro grau apenas determina o cumprimento de obrigação já adredemente imposta pela própria Constituição da República. 6. Destarte, tem-se que é de ser mantida a multa diária fixada pelo juízo de primeiro grau (R\$ 1.000,00/dia de descumprimento), posto que à parte apelante não interessa o recebimento da multa, mas sim o cumprimento efetivo, a tempo e modo, da obrigação de fazer consistente no fornecimento da medicação, sendo indispensável, pois, que o precelto cominatório seja suficiente para desestimular um eventual inadimplemento. 7. Mantida a verba honorária fixada em primeiro grau, eis que efetuada com base em apreciação equitativa do Juízo e estabelecida dentro dos parâmetros legais (art. 20, §§ 3º e 4º, do CPC). 8. Reexame necessário improvido, prejudicado o apelo voluntário. (TJ-PE - REEX: 149233420108170001 PE 0014923-34.2010.8.17.0001, Relator: Francisco José dos Anjos Bandeira de Mello, Data de Julgamento: 19/04/2012, 8ª Câmara Cível, Data de Publicação: 78).*

Consolidou-se a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal nesse sentido:

*(...) embora o art. 196 da Constituição de 1988 traga norma de caráter programático, o Município não pode furtar-se do dever de propiciar os meios necessários ao gozo do direito à saúde por todos os cidadãos. Se uma pessoa necessita, para garantir o seu direito à saúde, de tratamento médico adequado, é dever solidário da União, do estado e do município providenciá-lo. Nesse sentido, AI 396.973 (rel. min. Celso de Mello, DJ 30.04.2003), RE 297.276 (rel. min. Cezar Peluso, DJ 17.11.2004) e AI 468.961 (rel. min. Celso de Mello, DJ 05.05.2004).*

O Princípio do acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde, que tem como lastro o Princípio da Isonomia insito no art. 5º, da Constituição Federal, impõe aos Poderes Públicos o dever de agir, devendo realizar, em prol do cidadão, prestações materiais adequadas à promoção e proteção de sua saúde, bem como de sua recuperação nos casos em que for acometido por alguma enfermidade.

Nesse sentido, não me afigura legítima a conduta estatal de “fechar os olhos” para os problemas de saúde que acometem os cidadãos, mormente àqueles que são privados de recursos financeiros para custear tratamento/medicamento indispensável à preservação de sua saúde e, conseqüentemente, de sua vida, de sorte



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA  
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

150  
W

que, em havendo omissão do Poder Público para custear o tratamento/medicamento de que o cidadão necessita, o Poder Judiciário tem o poder-dever de agir, quando provocado, para compelir o Estado a assegurar o direito à saúde do cidadão desamparado.

A respeito da matéria, o Tribunal de Justiça de Pernambuco formulou o enunciado de Súmula nº. 18, segundo o qual "é dever do Estado-membro fornecer ao cidadão carente, sem ônus para este, medicamento essencial ao tratamento de moléstia grave, ainda que não previsto em lista oficial" (g.n). Na hipótese vertente, a substituída postula o fornecimento da substância "OCTREOTIDA LAR 20mg (SANDOSTAIN)" para tratamento da enfermidade que lhe acomete - NEOPLASIA NEUROENDÓCRINA DE CÓLON ASCENDENTE, segundo prescrição formulada por médico especialista.

Em relação à alegação do agravante da não comprovação de que a utilização do fármaco em debate seja a única alternativa terapêutica para sua enfermidade, o que deve ser salientado é que o profissional de saúde que atendeu a Sra. Gilda Maria Souza da Silva é quem possui as melhores condições técnicas de aferir e receitar o medicamento/tratamento mais indicado para o caso em análise, assim como a sua substituição.

Nossa jurisprudência corrobora esse entendimento em casos semelhantes:

*RECURSO DE AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO À SAÚDE. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO (LUCENTIS) À PESSOA HIPOSSUFICIENTE PORTADORA DE EDEMA MACULAR CLINICAMENTE SIGNIFICANTE DEVIDO A OCLUSÃO DE RAMO DA VEIA CENTRAL DA RETINA. NEGATIVA DO ESTADO EM FORNECER A MEDICAÇÃO. COMPROVAÇÃO DA ENFERMIDADE E NECESSIDADE DA MEDICAÇÃO GUERREADA. TERAPÊUTICA INDICADA PELO MÉDICO ESPECIALISTA QUE ACOMPANHA O AGRAVADO. DEVER DO ESTADO DE FORNECER O FÁRMACO. SÚMULA 18 DO TJPE. PRECEDENTES DOS TRIBUNAIS SUPERIORES. RECURSO DE AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. UNANIMIDADE.181. A verossimilhança dos argumentos da parte agravada, ensejadora da concessão da tutela antecipada em seu favor, defluem da declaração médica acostada à fl. 27. A médica oftalmologista que faz o acompanhamento do agravado afirma expressamente que o paciente possui baixa visão no olho direito e que a melhor opção terapêutica são as injeções de antiangiogênico na cavidade vítrea.2. Quanto à alegação de caráter off label do tratamento, o que deve ser ressaltado é que a médica que atendeu o paciente/agravado é quem detém as melhores condições técnicas de avaliar e receitar o medicamento mais indicado para o caso concreto, bem como se é possível a substituição deste.3. Ressalte-se que o demandante/agravado realizou tratamento tradicional com fotocoagulação a laser, vitrectomia e injeção intravítrea*



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA  
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

151  
p

*de triancilona, apresentando, contudo, apenas uma melhora parcial. Revela-se, portanto, que a terapêutica com Lucentis não foi a primeira opção da médica, demonstrando-se a tentativa de cura através de outros tratamentos, cujos resultados não foram satisfatórios.4. A antecipação de tutela deferida pelo juízo de primeira instância e mantida neste grau de jurisdição se justifica pela urgência do tratamento da enfermidade, pois, do contrário, há risco de perda da visão.5. Aplicação de precedentes dos Tribunais Superiores e de entendimento veiculado no enunciado da Súmula nº 18 do TJPE: "É dever do Estado-membro fornecer ao cidadão carente, sem ônus para este, medicamento essencial ao tratamento de moléstia grave, ainda que não previsto em lista oficial".6. Recurso de agravo conhecido e improvido. Unanimidade. (2616746 PE 0000806-70.2012.8.17.0000, Relator: Luiz Carlos Figueirêdo, Data de Julgamento: 14/02/2012, 7ª Câmara Cível, Data de Publicação: 40/2012).*

Ponderando os princípios do mínimo existencial e da reserva do possível, o Supremo Tribunal Federal decidiu que, em se tratando de direito à saúde, a intervenção judicial é possível em hipóteses como a dos autos nas quais o Poder Judiciário não está inovando na ordem jurídica, mas apenas determinando que o Poder Executivo cumpra políticas públicas previamente estabelecidas (Pleno do Supremo Tribunal Federal na SL 47-AgR, Relator o Ministro Gilmar Mendes, DJ de 30.4.10).

**AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. REPERCUSSÃO GERAL PRESUMIDA. SISTEMA PÚBLICO DE SAÚDE LOCAL. PODER JUDICIÁRIO. DETERMINAÇÃO DE ADOÇÃO DE MEDIDAS PARA A MELHORIA DO SISTEMA. POSSIBILIDADE. PRINCÍPIOS DA SEPARAÇÃO DOS PODERES E DA RESERVA DO POSSÍVEL. VIOLAÇÃO. INOCORRÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.** 1. A repercussão geral é presumida quando o recurso versar questão cuja repercussão já houver sido reconhecida pelo Tribunal, ou quando impugnar decisão contrária a súmula ou a jurisprudência dominante desta Corte (artigo 323, § 1º, do RISTF ). 2. A controvérsia objeto destes autos - possibilidade, ou não, de o Poder Judiciário determinar ao Poder Executivo a adoção de providências administrativas visando a melhoria da qualidade da prestação do serviço de saúde por hospital da rede pública - foi submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal na SL 47-AgR, Relator o Ministro Gilmar Mendes, DJ de 30.4.10. 3. Naquele julgamento, esta Corte, ponderando os princípios do "mínimo existencial" e da "reserva do possível", decidiu que, em se tratando de direito à saúde, a intervenção judicial é possível em hipóteses como a dos autos, nas quais o Poder Judiciário não está inovando na ordem jurídica, mas apenas determinando que o Poder Executivo cumpra políticas públicas previamente estabelecidas. 4. Agravo regimental a que se nega provimento.(RE 642536 AgR, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, julgado em 05/02/2013, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-038 DIVULG 26-02-2013 PUBLIC 27-02-2013)



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA  
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Nessa contextura, percebe-se que a matéria se apresenta suficientemente clara, não tendo trazido o agravante qualquer alegação que pudesse ensejar o juízo de retratação por esta Relatoria.

Ante o exposto, voto pelo NÃO PROVIMENTO do presente recurso de Agravo, mantendo-se, in totum, a decisão monocrática, ora guerreada.

É como voto

Recife,

17.09.13.

Juíza Cátia Luciene Laranjeira de Sá  
Relatora Convocada